



Orçamento do Estado para 2020 apoia comércio eletrónico

O Governo quer reforçar o “ambiente favorável às atividades económicas dos setores do comércio e serviços”, assente em domínios como o incentivo da utilização das tecnologias e do comércio eletrónico ou o apoio à transição destes setores para a economia circular.

[Ler Mais](#) +

acepi

quem somos

associados

acreditação

informação

documentação

comissões

directório

tópicos

▶ notícias 23.12.2019

[Orçamento do Estado para 2020 apoia comércio eletrónico](#) +

▶ notícias 27.12.2019

[Países portugueses admitem ter dificuldades com as novas tecnologias](#) +

▶ notícias 17.12.2019

[Fatura eletrónica obrigatória nas transações a partir de 2020](#) +

▶ eventos 29.01.2020 a 29.01.2020

[Sessão de informação Comércio Digital-Albergaria-a-Velha](#) +

▶ notícias 30.12.2019

[Novo associado ACEPI: inCentea Marketing e Inovação](#) +

▶ notícias 18.12.2019

[Número de registos .pt volta a bater recorde e perspetiva de crescimento continua em 2020](#) +

▶ eventos 06.02.2020 a 06.02.2020

[Sessão de informação Comércio Digital-Ourém](#) +

▶ eventos 22.01.2020 a 22.01.2020

[Sessão de informação Comércio Digital-Elvas](#) +

notícias

23.12.2019

Orçamento do Estado para 2020 apoia comércio eletrónico



O Governo quer reforçar o “ambiente favorável às atividades económicas dos setores do comércio e serviços”, assente em domínios como o incentivo da utilização das tecnologias e do comércio eletrónico ou o apoio à transição destes setores para a economia circular.

Para concretizar estes objetivos, estão pensadas várias medidas destinadas a modernizar e a simplificar o seu enquadramento, bem como a melhorar o conhecimento e a informação disponíveis sobre os setores do comércio e serviços.

No Orçamento do Estado para 2020 está prevista a conclusão da primeira fase da medida Mapa do Comércio, Serviços e Restauração, uma base de dados georreferenciada a disponibilizar online, com informação sobre os estabelecimentos comerciais existentes. Será ainda avaliado o resultado da implementação da vertente comércio e serviços nos Espaços Empresa, tendo em vista identificar e colmatar eventuais necessidades de melhoria do seu funcionamento e aproximar os operadores económicos desta valência.

Está também abrangida a criação de um sistema de incentivos destinado a apoiar projetos de investimento promovidos por empresas ou por associações empresariais que promovam a inovação de processo organizacional e de marketing através do recurso a tecnologias digitais e da aplicação de princípios de economia circular, bem como projetos em estabelecimentos reconhecidos e incluídos no inventário nacional Comércio com História.

Além disso, terá continuidade o processo de sensibilização dos operadores económicos, em particular as micro e pequenas empresas, para a necessidade de transformação digital dos setores do comércio e serviços, bem como de fomentar e apoiar a adoção das competências básicas digitais por parte dos empresários. Para este fim concorrem iniciativas como o Programa Comércio Digital, cujo objetivo é promover a digitalização básica

dos operadores económicos deste setor. “Será definida, em articulação com as suas estruturas associativas mais representativas, uma Agenda Circular para o setor do retalho, distribuição e restauração, que integrará um conjunto de ações destinadas a promover a sua transição para a economia circular”, pode ler-se no documento.

O Governo promete ainda um maior envolvimento do tecido empresarial no diagnóstico e na definição das políticas públicas, através da criação de uma plataforma de interação com as entidades que desempenham um papel mais relevante no âmbito destes setores de atividade económica.

Na área Consumidor e depois da implementação do Livro de Reclamações Eletrónico nos serviços públicos essenciais e o seu alargamento a outros setores económicos, o Governo pretende reforçar a divulgação da aplicação móvel do Livro de Reclamações.

Mantem-se igualmente prioritária a promoção da resolução extrajudicial de litígios de consumo, com a intenção de apostar na projeção e valorização da rede nacional de centros de arbitragem de conflitos de consumo, e apostando na qualidade e sustentabilidade acrescidas.

Em 2020 também há a intenção de disponibilizar publicamente uma nova plataforma online, com o objetivo de reforçar a proteção e confiança dos consumidores: a plataforma única de resolução de contratos, que permitirá comunicar a resolução de contratos de comunicações eletrónicas num único ponto.

30.12.2019

Novo associado ACEPI: inCentea Marketing e Inovação



A inCentea Marketing e Inovação é uma agência especializada na criação e gestão de marcas, que atua em quatro atividades principais: branding, marketing, comunicação e digital.

No ADN da [inCentea M.I.](#) estão gravadas as competências criativa e tecnológica - a primeira, resultante da fusão das agências Sente e Contraponto, em 2014, e a segunda do grupo em que se encontra integrada. “Mas somos mais do que a soma das partes: somos o produto da experiência na criação e gestão de marcas, impulsionando-as nos canais online e offline”.

Para a inCentea M.I o mundo é uma fusão entre o físico e o digital, e o objetivo é criar soluções que conseguiram interligar estes dois mundos, com a interatividade necessária para cativar e envolver os utilizadores. Atualmente os produtos digitais representam uma fatia significativa no volume de negócios da empresa e acredita-se que, no futuro, esta venha a crescer. “Essencialmente porque criámos, recentemente, a marca PowerSales, composta por uma experiente equipa que se dedica, exclusivamente, ao desenvolvimento de projetos ecommerce para cliente final (B2C) e cliente empresarial (B2B)”.

A partir da nova marca desenvolvem-se lojas online à medida, “com a melhor experiência do utilizador, integração com software de gestão e outras aplicações, ferramentas de marketing, gestão de vendas e gestão comercial”.

A adesão à ACEPI foi feita, essencialmente, pela possibilidade de partilha de informação “que nos permita evoluir e contribuir para uma comunidade digital mais fértil”. A adesão enquadra-se também no plano estratégico da agência, que pretende dar a conhecer os processos de desenvolvimento e de gestão criativa, superar as expectativas e criar valor para os nossos clientes, nomeadamente com a obtenção da Certificação ISO 9001.

27.12.2019

Pais portugueses admitem ter dificuldades com as novas tecnologias



Gastam-se milhões de euros gastos em presentes tecnológicos que os mais velhos não sabem usar, de acordo com um estudo da Kaspersky.

Em Portugal, 9% dos pais inquiridos pela Kaspersky admitiram ser novatos em tecnologia, reconhecendo que demoram mais de um mês a parem um presente tecnológico a funcionar por completo.

O estudo “[The Rise of Can You Just...](#)” mostra que, sem a ajuda de amigos ou familiares mais jovens, é muito complicado para as gerações mais velhas usufruírem sem dificuldades dos seus dispositivos e gadgets tecnológicos.

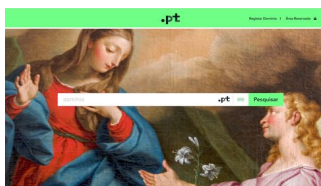
Nas dispendiosas quadras festivas o dinheiro é desperdiçado porque os pais não estão tecnicamente preparados para dar uso aos presentes oferecidos pelos filhos. A Kaspersky descobriu também que esta é uma realidade que muitos se recusam a admitir até ao dia de Natal: só depois de receberem (e agradecerem) as ofertas tecnológicas é que pais e familiares mais velhos ficam surpresos, porque se apercebem que não sabem como tirar proveito dessas prendas.

De acordo com o estudo, 40% dos pais portugueses com filhos maiores de 16 anos classificam-se como inexperientes em novas tecnologias. E 41% afirmam lutar diariamente contra os desafios tecnológicos sem o apoio dos seus filhos.

“A tecnologia é cada vez mais fundamental nas nossas vidas. Por isso, seguramente que neste Natal, muitos dos presentes debaixo da árvore foram aparelhos tecnológicos. Contudo, muitas das pessoas que receberam estas prendas farão pouco uso desses dispositivos, não por falta de interesse, mas antes porque lhes falta confiança para pôr estes gadgets a funcionar corretamente”, salienta Alfonso Ramirez, diretor-geral da Kaspersky Ibéria. “É uma pena que assim se percam todas as vantagens que existem em oferecer tecnologia”.

18.12.2019

Número de registos .pt volta a bater recorde e perspetiva de crescimento continua em 2020



Este ano foi o melhor de sempre em número de registos de domínios .pt. De um universo de aproximadamente 1.200.000 domínios, só em 2019 foram registados mais de 116.000.

O crescimento do .pt nos últimos anos representa, para Luísa Gueifão, uma cada vez maior e melhor projeção da marca Portugal a nível do mundo digital. Além disso, a presidente da [associação .PT](#) considera que o domínio de topo para Portugal tem beneficiado também da vontade dos portugueses em mostrarem o que fazem e o que têm para oferecer na internet. A intenção é “continuar a trabalhar para que o .pt seja um domínio de excelência” reforça, “estamos satisfeitos, mas ambicionamos sempre mais”. ~

A perceção da importância dos domínios de topo relativos aos países mudou ao longo do tempo, existindo hoje uma escolha mais informada quando alguém pretende ter uma presença online. No entanto, em termos europeus, Luísa Gueifão aponta alguma estagnação no que diz respeito ao crescimento dos domínios de topo de cada país. “Portugal é uma das exceções à regra, pois o número de registos continua a crescer: o .pt é um dos ccTLD’s que mais cresce na Europa, segundo dados públicos do CENTR”. Em 2020 a intenção é continuar a trabalhar na afirmação e notoriedade do domínio .pt. “Aliás, será uma das nossas grandes apostas”.

A .PT tem vindo a desenvolver e apoiar diversas iniciativas na área da inclusão e capacitação nacional em matéria de competências digitais, das quais destaca o Sitarstar.PT, em conjunto com a DECO; o Apps for Good, com o CDI Portugal; e o #EUSOUDIGITAL, com a FCT, o INCoDe.2030 e o MUDA, de que somos membros fundadores. “Fomos, mais uma vez, parceiros institucionais da Portugal Digital Week, organizada pela ACEPI; somos parte do leque de fundadores da Associação E-Computação; e fomos parceiros da Iniciativa Portuguesa do Fórum da Governação da Internet e do estudo EU Kids Online”, acrescenta Luísa Gueifão, apontando mais alguns exemplos.

Fruto de uma reflexão aberta e participada com associados fundadores e principais stakeholders, foram traçadas as Linhas Orientadoras Estratégicas 2019-2022. Com base neste trabalho, ficou definido que, para 2020, a atuação passa pela comunicação da nova marca .PT; pela segurança física e digital, com, por exemplo, a implementação do PTSOC (Centro de Operações de Segurança); e pela incrementação de ações de inclusão digital e o desenvolvimento das competências digitais.

Está também pensada a partilha de dados e conhecimento, entre a comunidade e, a nível interno, a atração de pessoas qualificadas e motivadas para o cumprimento das missões estratégicas referidas. “A nível transversal temos também preocupações na área da responsabilidade social e da sustentabilidade”.

Desafios na ordem do dia

Luísa Gueifão considera que uma das questões que está a marcar o sector internacionalmente é a dos conteúdos ilegais, em especial em quatro vetores: a proteção da saúde e da moral, como a pornografia infantil e o jogo ilegal; a segurança nacional e pública; questões de propriedade intelectual e a proteção contra a difamação e questões ligadas ao RGPD. “Sobre estes temas, pode ser encontrada informação mais detalhada no relatório do CENTR”, indica.

Como grandes desafios enfrentados pela internet hoje em dia, a presidente da .PT aponta um que considera essencial: não se perder o foco nas pessoas. “Todos temos um papel a desempenhar na proteção do futuro da Web e, por isso, a nossa missão é também a de educar e alertar para os riscos da internet, mas também para as oportunidades que ela oferece”.

É com base neste entendimento que associação que dirige trabalha todos os dias, garante a responsável. “A mais recente iniciativa de Tim Berners-Lee, o Contract for the web, reflete isso mesmo. É essencial garantirmos que a internet continua a ter conteúdos abertos e relevantes para todos e que todas as pessoas se sintam seguras online”.

Um outro desafio está relacionado com o aumento da presença e participação ativa das mulheres na construção de uma internet inclusiva, acrescenta, citando os resultados de um recente estudo elaborado pela plataforma Portuguese Women in Tech, que indicam que uma percentagem significativa se encontra em funções de gestão (13%), consultoria (12,1%) ou dados (12,6%), mas apenas 0,8% é investidora e 1,3% é fundadora ou cofundadora. “Ou seja, há ainda um longo caminho a percorrer. Importa trazer as mulheres para a tecnologia”.

17.12.2019

Fatura eletrónica obrigatória nas transações a partir de 2020



A partir de 1 de janeiro de 2020, as empresas portuguesas cujo volume de negócios tenha superado os 50.000 euros no ano anterior estão obrigadas a utilizar fatura eletrónica.

A obrigatoriedade estende-se a todas as empresas do país com mais de 250 empregados de 18 de abril em diante, assim como aos organismos públicos regionais e locais. Desta forma, toda a administração pública portuguesa passará a trabalhar com fatura eletrónica, tal como estabelecido na Diretiva Europeia 2014/55/UE.

A **SERES** destaca que 2020 será um ano decisivo no que diz respeito ao impulso da utilização da fatura eletrónica por parte da Agência Tributária e Aduaneira, em decorrência da obrigatoriedade da sua utilização no âmbito do B2B. Para o Governo, a implementação da fatura eletrónica é considerada um passo fundamental rumo à transformação digital das entidades públicas e das empresas. Além disso, o Governo vê na fatura eletrónica um mecanismo de otimização e automatização de processos que aumenta a transparência e reduz os prazos de pagamento.

Em 2017, estas premissas e objetivos levaram a Agência Tributária e Aduaneira a conceber um modelo de faturação eletrónica e a implementá-lo no país. Desde então, Portugal teve grandes avanços em matéria de fatura eletrónica. Com efeito, será o segundo membro da União Europeia a estabelecer a implementação obrigatória da fatura eletrónica nas empresas privadas.

No contexto desta estratégia, 2019 foi um ano determinante em matéria de fatura eletrónica graças, em boa medida, ao plano de implementação promovido pela Agência Tributária e Aduaneira. O ano arrancou com a publicação do Decreto-Lei 123/2018, de 28 de dezembro, que estabeleceu as normas de emissão e receção de faturas eletrónicas no país. Este Decreto define, além disso, o modelo de implementação da fatura eletrónica em Portugal, o qual se realizará gradualmente até janeiro de 2021.

Os primeiros obrigados foram as instituições públicas dependentes do Governo Central, as quais começaram a trabalhar com faturas eletrónicas a partir de 18 de abril de 2019. Os próximos obrigados, conforme o calendário, serão as autoridades regionais e locais que, juntamente com as empresas privadas com mais de 250 empregados, devem começar a usar a fatura eletrónica a partir de 18 de abril de 2020. Finalmente, os últimos a juntarem-se à fatura eletrónica serão as microempresas, as pequenas e as médias empresas, o que ocorrerá a 1 de janeiro de 2021.

Com o objetivo de impulsionar a fatura eletrónica no país, a Agência Tributária e Aduaneira lançou, em maio de 2019, o Programa Simplex+ cujo objetivo consiste em facilitar a criação de novos serviços públicos online, otimizar os existentes e desburocratizar a relação entre as instituições públicas e a sociedade civil. No contexto deste programa, foi publicado o Decreto-Lei 28/2019 que alargou a obrigação de faturar eletronicamente às empresas não residentes em Portugal, a partir de 1 de junho de 2019. Além disso, o Decreto-Lei estabelece que, a partir de 1 de janeiro de 2020, será obrigatória a utilização dos meios eletrónicos para emitir faturas em todas as empresas cujo volume de negócios no ano anterior tenha superado os 50.000 euros.

Ao longo de todo o ano de 2019, a Agência Tributária e Aduaneira tem estado a facilitar o processo de integração da fatura eletrónica entre as empresas que ainda não se encontram obrigadas a fazê-lo. Para colaborar nesta iniciativa, a SERES oferece um serviço global e totalmente personalizado que permite às empresas faturar eletronicamente. O serviço conta com o certificado de software autorizado pela Agência Tributária e Aduaneira para a emissão e receção de faturas eletrónicas, tanto em Portugal como em qualquer outro país do mundo.

O sistema de faturação eletrónica da SERES adapta-se a todas as mudanças e normativas que possam ocorrer e cumpre com todos os requisitos estabelecidos na Portaria 289/2019 que regulamenta os aspetos complementares da fatura eletrónica. Entre eles, tal como refere a Portaria, cabe aos serviços de faturação eletrónica contratados pelas entidades públicas e pelas empresas privadas cumprir todas as normas europeias e serem tecnologicamente neutros.

eventos

06.02.2020 a 06.02.2020

Sessão de informação Comércio Digital-Ourém

O Comércio Digital desloca-se a Ourém para mais uma sessão de informação. O Comércio Digital irá percorrer Portugal, de Norte a Sul, com sessões de informação, workshops e conferências que o ajudarão a colocar o seu negócio na Internet.

▶ 29.01.2020 a 29.01.2020

Sessão de informação Comércio Digital-Albergaria-a-Velha +

▶ 22.01.2020 a 22.01.2020

Sessão de informação Comércio Digital-Elvas +

// Parceiro Institucional

// Patrocinadores Master

// Patrocinadores



mastercard

// Parceiros e Apoios




siga-nos:





comissões


PUB eAdvertising

 eBusiness

€ eFinance

 eMobile

 eProcess

 eRetail

<http://www.acepi.pt> © 2012 ACEPI todos os direitos reservados